

CS HOLDING E LOCAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 41.934.221/0001-14 - NIRE nº 35.300.570.880

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A CS Holding e Locação S.A., em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, bem como notas explicativas e parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Mogi das Cruzes (SP), em 11 de maio de 2023. **A ADMINISTRAÇÃO.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	14	29.173	22.393	46.423	Fornecedores	16	23	23	85.252	81.544
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	8	109.342	37.985	242.590	256.376	Empréstimos e financiamentos	18	29.450	19.205	97.147	176.491
Contas a receber	9	-	641	250.183	116.485	Debêntures	19	154.940	2.680	154.940	2.680
Estoques	-	-	-	4.867	4.632	Arrendamentos a pagar	20	-	-	16.020	28.124
Tributos a recuperar	10	-	-	19.044	16.757	Arrendamentos por direito de uso	21	-	-	3.980	4.296
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	27.4	11.500	1.171	45.282	18.171	Obrigações sociais e trabalhistas	25	-	-	32.583	28.156
Despesas antecipadas	-	280	66	4.061	2.312	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	-	81
Dividendos a receber	13.3	1.050	2.550	-	-	Tributos a recolher	17	10.953	4.571	25.862	20.397
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	11	190	316	18.513	32.526	Adiantamentos de clientes	23	-	-	9.900	20.274
Adiantamento a terceiros	-	-	-	1.896	1.783	Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	29.2	-	16.723	-	16.723
Ativos para cumprimento de contratos	-	-	-	2.272	1.177	Partes relacionadas	26	-	-	453	453
Outros créditos	12	-	-	45.519	56.795	Outras contas a pagar	24	3.559	561	20.414	18.268
		122.376	71.902	656.620	553.437			198.925	43.763	446.551	397.487
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	18	45.000	45.000	572.986	511.991
Instrumentos financeiros derivativos	6.3b	149.455	97.425	177.555	110.660	Debêntures	19	99.249	99.960	99.249	99.960
Contas a receber	9	-	-	109.925	83.130	Arrendamentos a pagar	20	-	-	22.829	36.810
Tributos a recuperar	10	-	-	11.826	27.724	Arrendamentos por direito de uso	21	-	-	9.086	8.910
Imposto de renda e contribuição social diferido	27.1	45.706	6.187	45.706	6.539	Instrumentos financeiros derivativos	5.3b	166.801	73.651	214.458	94.695
Partes relacionadas	28.1	-	-	2.786	2.122	Provisão para demandas judiciais e administrativas	26	-	-	4.659	2.707
Depósitos judiciais	26	-	-	4.369	3.507	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.1	-	-	64.673	36.207
Ativos para cumprimento de contratos	-	-	-	203	1.130	Partes relacionadas	26	376.646	380.231	-	-
Outros créditos	12	2.346	-	2.651	1.514	Aquisições de empresas a pagar	-	57.440	80.930	-	678
		197.507	103.612	355.021	236.326	Outras contas a pagar	24	678	5	2.253	2.029
		197.507	103.612	355.021	236.326			745.814	679.777	990.193	793.987
Investimentos	13	752.071	703.943	30.608	26.822	Patrimônio líquido	29.1	161.393	161.393	161.393	161.393
Imobilizado	14	118	-	521.175	503.833	Prejuízos acumulados	29.2	(35.109)	(5.008)	(35.109)	(5.008)
Intangível	15	-	-	5.161	30.920	Avaliação Patrimonial	-	1.049	(468)	1.049	(468)
		949.696	807.555	911.965	797.901	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		127.333	155.917	127.333	155.917
		1.072.072	879.457	1.568.585	1.351.338	Participação de não controladores	29.3	-	-	4.508	3.947
Total do ativo		1.072.072	879.457	1.568.585	1.351.338	Total do Patrimônio Líquido		127.333	155.917	131.841	159.864
		1.072.072	879.457	1.568.585	1.351.338	Total do passivo e patrimônio líquido		1.072.072	879.457	1.568.585	1.351.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 2021

Em milhares de reais, exceto o lucro por ação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		13/05/2021 a		26/07/2021 a	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	30	-	-	639.888	187.097
Custo de venda, locação e prestação de serviços	31	-	-	(474.781)	(131.113)
Custo de venda de ativos desmobilizados	31	-	-	(36.746)	(24.171)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados				(511.527)	(155.284)
Lucro bruto				128.361	31.813
Despesas comerciais	31	-	-	(1.966)	(1.573)
Despesas administrativas	31	(564)	(226)	(43.248)	(13.430)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	31	-	-	(2.965)	652
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	-	-	21.327	1.834
Resultado de equivalência patrimonial	13	47.156	10.909	2.781	(1.442)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		46.592	10.683	104.290	17.854
Receitas financeiras	32	18.890	6.356	50.641	15.190
Despesas financeiras	32	(134.559)	(30.615)	(193.383)	(43.313)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(69.077)	(13.576)	(38.452)	(10.269)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	28	-	-	(5.566)	(89)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	28	39.519	8.568	13.758	4.077
Total do imposto de renda e da contribuição social		39.519	8.568	8.192	3.988
(Prejuízo) do exercício / período		(29.558)	(5.008)	(30.260)	(6.281)
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		(29.558)	(5.008)	(29.558)	(6.064)
Acionistas não controladores		-	-	(702)	(217)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		13/05/2021 a		26/07/2021 a	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo) do exercício / período		(29.558)	(5.008)	(30.260)	(6.281)
Acervo líquido incorporado	-	-	(10.261)	-	(10.261)
Outros resultados abrangentes	-	-	10.261	-	10.261
Resultado abrangente do exercício / período		(29.558)	(5.008)	(30.260)	(6.281)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		13/05/2021 a		26/07/2021 a	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(69.077)	(13.576)	(38.452)	(10.269)
Ajuste para:					
Resultado de equivalência patrimonial		(47.156)	(9.854)	(2.781)	2.498
Depreciação e amortização		7	-	45.161	15.925
Custo de venda de ativos desmobilizados		1	-	36.747	24.171
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos		-	-	(477)	(889)
Reversão de perdas demandas judiciais e administrativas		-	-	1.952	-
Baixas de outros ativos imobilizados		-	-	5.498	24.631
Reversão perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		-	-	2.965	(652)
Ganhos com valor justo de instrumentos financeiros derivativos		31.804	-	40.891	-
Remuneração com base em ações		-	690	-	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos		47.469	24.057	135.046	50.386
		(36.952)	1.317	226.550	105.801
Contas a receber		641	(641)	(194.379)	(198.963)
Recebíveis por vendas de empresas controladas		-	-	119.816	-
Tributos a recuperar		-	-	10.317	-
Estoques		-	-	(235)	(4.632)
Fornecedores		-	46	(9.953)	81.544
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher		6.382	4.571	6.091	4.961
Bens disponibilizados para venda		-	640	-	643
Incorporação de acervo cindido - transferência de ativos e passivos		-	16.909	-	579.968
Cessão de dívida		-	(100.000)	-	(100.000)
Adiantamento de clientes		-	-	(10.374)	20.274
Valor justo dos instrumentos financeiros		-	(97.425)	-	(110.724)
Outras contas a pagar		3.671	566	(6.564)	20.297
Outros créditos		-	-	-	(60.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	33.746
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(27.725)	984	75.831	1.273
Variações no capital circulante líquido operacional		(53.983)	(174.350)	(6.494)	267.771
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		(10.329)	(1.171)	(21.626)	(18.179)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos		(34.768)	(14.426)	(117.018)	(26.658)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação		-	(23)	(73.029)	(104.128)
Recebimento (pagamento) de swaps		(9.316)	80.532	(30.151)	94.759
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(108.396)	(108.121)	(21.768)	319.366
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível		-	-	(82.432)	(1.515)
Aporte de capital em investidas		-	(80.115)	498	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		1.500	(2.550)	-	-
Aporte de capital de não-controladores		-	-	(4.500)	-
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		(71.357)	(37.985)	2.259	(256.376)
Caixa decorrente de incorporação		-	157.944	-	-
Redução de caixa pela venda de participação em empresas coligadas		-	-	7.596	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		(69.857)	37.294	(76.579)	(257.891)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures		149.094	100.000	240.701	100.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	(16.723)	-
Amortização de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar		-	-	(149.661)	(100.369)
Aumento de capital em controladas		-	-	-	(14.683)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		149.094	100.000	74.317	(15.052)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(29.159)	29.173	(24.030)	46.423
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		29.173	-	46.423	-
No final do exercício		14	29.173	22.393	46.423
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(29.159)	29.173	(24.030)	46.423
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa					
Adição ao imobilizado por arrendamento mercantil		-	(2.027)	-	(2.027)
Adição de arrendamentos por direito de uso		(6.081)	(1.031)	(6.081)	(1.031)
Venda de participação de investidas a prazo		-	-	119.816	-
Adição de intangível por direito de exploração de contrato de concessão		-	-	(462.553)	-
Acervo líquido das empresas vendidas, líquido de caixa		-	-	121.655	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros		Resultados abrangentes		Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores</
--	------	-------------------	--	------------------------	--	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recursos no exterior e a CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Transportes"), que atende clientes do setor público e sociedades de economia mista, oferecendo (i) serviços de gestão e terceirização de frota (GTF) de veículos leves com condutor e (ii) GTF de pesados com e sem condutor, (iii) transporte municipal de passageiros, (iv) limpeza urbana, além de operar (v) terminais portuários e (vi) rodovias, cujo acervo líquido incluiu o total dos saldos de investimento em participações societárias na controlada CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda de R\$ 615.022 assim como o passivo a descoberto na CS Finance de R\$ 1.624. Após os eventos mencionados acima, a CS Holding passou a consolidar os saldos patrimoniais das controladas CS Brasil Transportes e CS Finance. O acervo líquido contábil incorporado resultou na seguinte movimentação:

	CS Holding	Acervo Incorporado	Eventos subsequentes (I)	CS Holding - Pós acervo incorporado
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-	1
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	-	185.000	185.000
Dividendos a receber	-	2.550	-	2.550
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	-	3.534	-	3.534
Outros créditos	-	361	-	361
	1	6.445	185.000	191.446
Ativo - Realizável a longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	7.422	-	7.422
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	-	-
Outros créditos	-	36.335	-	36.335
	-	43.757	-	43.757
Investimentos Imobilizado Intangível	-	607.281	-	607.281
	-	-	-	-
	-	651.038	-	651.038
Total do ativo	1	657.483	185.000	842.484

1.2. Relação de participação em entidades controladas, controlada em conjunto e consórcio - As participações percentuais da Sociedade em suas controladas, controlada em conjunto e consórcio na data do balanço são as seguintes:

Razão social	País sede	Atividade Operacional	31/12/2022		31/12/2021	
			Participação direta %	Participação indireta %	Participação direta %	Participação indireta %
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (a)	Brasil	Gestão e terceirização de frota de veículos leves e pesados ao setor público transporte municipal de passageiros e limpeza urbana.	99,99	-	99,99	-
CS Finance (b)	Luxemburgo		100,00	-	100,00	-
Consórcio Sorocaba (c)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	50,00	-	50,00
BRT Sorocaba Concessionárias (d)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	-	49,75	-	49,75
ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A (e)	Brasil	Construção de terminal portuário	-	-	-	100,00
ATU12 Arrendatária Portuária SPE S.A (e)	Brasil	Construção de terminal portuário	-	-	-	100,00
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A (f)	Brasil	Construção, conservação, recuperação,	-	-	-	64,00
Concessionárias CS Mobi Cuiabá SPE S.A (g)	Brasil	Revitalização, implementação, gestão e	-	75,00	-	-

a) CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil Transportes") é uma empresa limitada, com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos. **b) CS Finance S.à.r.l ("CS Finance")** - Em 16 de março de 2021 foi constituída a CS Finance S.à.r.l. ("CS Finance") localizada em Luxemburgo com objetivo de fomentar as operações de captação de recursos no exterior, sendo uma controlada direta da CS Holding com 100% de participação. **c) Consórcio Sorocaba** - O Consórcio Sorocaba ("Consórcio Sorocaba") é uma sociedade empresária em Comandita Simples, com sede na rua Doutor Campos Salles, 900, Pinheiros - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de transportes, com itinerário fixo, municipal e intermunicipal em região metropolitana. Sua concessão tem vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028. Devido à Incorporação do investimento da CS Transportes conforme mencionado na nota explicativa 1.1, passou a ser um investimento indireto em 26 de julho de 2021, onde a sua controlada direta CS Transportes consolida proporcionalmente em seu balanço o percentual de sua participação de 50% no Consórcio Sorocaba. **d) BRT Sorocaba Concessionárias** - O BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos SPE S.A ("BRT Sorocaba Concessionárias") é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2020, a CS Brasil Transportes aumentou sua participação na BRT Sorocaba Concessionárias de 49,25% para 49,75%. Devido à Incorporação do investimento da CS Transportes conforme mencionado na nota explicativa 1.1, passou a ser um investimento indireto em 26 de julho de 2021. Em 30 de dezembro de 2022, a controlada CS Transportes vendeu a totalidade de sua participação para a CS Infra S.A., controlada direta da Simpar. **f) Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A** - Em 07 de julho de 2021 foi criada a Sociedade para fins específicos "SPE" Grãos do Piauí, controlada direta da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil") com 64% de participação. O contrato de concessão foi assinado em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 ("Transcrrados"), onde detém 64% de participação. A concessão está em processo de implantação com expectativa de início operacional em 2023. Devido à Incorporação do investimento da CS Transportes conforme mencionado na nota explicativa 1.1, passou a ser um investimento indireto em 26 de julho de 2021. Em 30 de dezembro de 2022, a controlada direta CS Brasil Transportes vendeu sua participação de 64% para a CS Infra S.A., controlada direta da Simpar. **g) Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A** - Em 20 de dezembro de 2022, foi assinado contrato de concessão para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A CS Brasil possui 75% de participação na sociedade. A concessão está em processo de implantação com expectativa de início operacional em 2023. **1.3. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022 a) Aporte de capital na controlada Grãos do Piauí - Transcrrados** - Durante o exercício, a controlada direta CS Brasil Transportes efetuou um aporte de capital na controlada indireta Grãos do Piauí - Transcrrados no montante de R\$ 25.037 ao limite do capital subscrito. Adicionalmente, a Companhia realizou aporte de R\$ 25.604 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. **b) Aumento de capital na CS Brasil Transportes** - Em 01 de junho de 2022, a controlada direta CS Brasil Transportes integralizou ao capital social o montante de R\$ 80.000, anteriormente registrado a título de adiantamento para futuro aumento de capital. **c) Aporte de capital nas controladas ATU12 e ATU18** - Durante o exercício, a controlada direta CS Brasil Transportes efetuou um aporte de capital nas controladas diretas ATU 12 e ATU 18, nos montantes de R\$ 41.592 e R\$ 8.465 respectivamente ao limite do capital subscrito de cada uma das controladas indiretas. **d) Transferência da 2ª emissão de debêntures da CS Participações para a CS Holding** - Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 05 de janeiro de 2022 foi aprovado ratificação da transferência, pela CS Participações, de todos e quaisquer direitos e obrigações por ela assumidos no âmbito das Debêntures no montante de R\$ 150.000, para a CS Holding, em decorrência de sucessão legal, nos termos do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CS Brasil Participações e Locações S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pela CS Brasil Holding e Locação S.A." celebrado em 24 de junho de 2021 entre CS Participações e CS Holding ("Protocolo de Cisão Parcial"), de modo que (a) a CS Holding passará a figurar como emissora das Debêntures; e (b) a Emissão constituirá a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia fluante e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços com a CS Holding ("Reorganização Societária Permitida"); (ii) a alteração do Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Fluante e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("Escritura de Emissão") para alterar: (i) o título da Escritura de Emissão, que passará a ser denominada como "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Fluante e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CS Brasil Holding e Locação S.A."; (ii) bem como as demais referências e/ou dados cadastrais ao longo da Escritura de Emissão, a fim de refletir o ingresso da Emissora Ingressante na qualidade de nova Emissora; (iii) a Cláusula 3.1 à Escritura de Emissão, a fim de refletir o objeto social da Emissora Ingressante como atual Emissora das Debêntures. **e) Pagamentos de juros de debêntures - 1ª emissão** - A Sociedade efetuou em 15 de março de 2022 o pagamento de juros no valor de R\$ 5.074 referente à 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única **f) Ganho da Concessão de Gestão do Mobiliário Urbano do Município de Cuiabá** - Em 20 de dezembro de 2022, a controlada direta CS Brasil Transportes venceu a proposta apresentada pelo Consórcio CS Mobi Cuiabá e foi assinado o contrato de concessão para para revitalização das vias e logradouros públicos da região central da cidade de Cuiabá; revitalização e gestão Mercado Municipal; implementação, operação, gestão e manutenção do sistema do mobiliário urbano; e implementação, operação, gestão e manutenção do sistema de estacionamento rotativo do município. A partir de então foi criada a Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Concessionária CS Mobi Cuiabá SPE S.A. A concessão possui prazo de 30 anos e está em processo de implantação com expectativa de início operacional em 2023. **g) Venda das empresas controladas ATU 12, ATU 18 e Grãos do Piauí** - Em 30 de dezembro de 2022, a controlada direta CS Brasil Transportes efetuou operação de venda de participação integral e controle em três empresas controladas para a CS Infra S.A. ("CS Infra"), controlada direta da Simpar, sendo elas: • ATU 12 Arrendatária Portuária S.A. - venda de 100% de participação; • ATU 18 Arrendatária Portuária S.A. - venda de 100% de participação; • Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. - venda de 64% de participação. Desta forma, a Companhia deixou a demonstrar saldo patrimonial das controladas indiretas em sua consolidação a partir de 30 de dezembro de 2022. Entretanto, todo o resultado do exercício de 2022 permanece demonstrado em seu saldo consolidado. **1.4. Situação da COVID-19** - A Companhia continua monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores. **1.5. Situação do conflito entre Rússia e Ucrânia** - A Companhia tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. Em consequência das tensões causadas pelo conflito, a administração está acompanhando os impactos nos custos causados pela alta no preço do diesel, que apesar dos repasses de preços aos clientes, levaram a um aumento nos custos com agregados e terceiros e nos custos de combustível e lubrificantes. **1.6. Sustentabilidade e Meio Ambiente** - A gestão do Grupo Simpar promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos: • regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumenta o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas; • tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudessem impactar na atual base operacional do grupo; • de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e • reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono. **Mudanças climáticas** - Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo Simpar considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Companhia é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo.

	CS Holding	Acervo Incorporado	Eventos subsequentes (I)	CS Holding - Pós cisão
Passivo Circulante				
Fornecedores	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	109.402	-	109.402
Debentures	-	-	-	-
Tributos a recolher	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	16.723	-	16.723
Outras contas a pagar	-	-	-	-
	-	126.125	-	126.125

	CS Holding	Acervo Incorporado	Eventos subsequentes (I)	CS Holding - Pós cisão
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	59.867	-	59.867
Debêntures	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	53.321	-	53.321
Aquisição de empresas a pagar	-	76.446	-	76.446
Partes relacionadas	-	-	355.125	355.125
Outras contas a pagar	-	-	-	-
	-	189.634	355.125	544.759
Total do passivo	-	315.759	355.125	670.884

	CS Holding	Acervo Incorporado	Eventos subsequentes (I)	CS Holding - Pós cisão
Patrimônio líquido				
Capital social	1	341.724	(170.125)	171.599
Reserva de capital	-	14.408	-	14.408
Outros resultados abrangentes	-	(14.408)	-	(14.408)
Total do passivo e patrimônio líquido	1	657.483	185.000	842.484

(i) Após o fechamento do balanço contábil da Sociedade em 31 de março de 2021 ocorreram eventos patrimoniais posteriores, sendo a captação de dívida oriunda do contrato de empréstimos externo direto celebrado entre CS Participações e CS Finance Sarl, em 16 de abril de 2021 e R\$ 185.000 de adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela Simpar S.A. na CS Participações, em 31 de maio de 2021, impactando em R\$ 170.125 no acervo líquido cindido final.

Participação direta %	31/12/2022		31/12/2021	
	Participação direta %	Participação indireta %	Participação direta %	Participação indireta %
99,99	-	99,99	-	-
100,00	-	100,00	-	-
-	50,00	-	-	50,00
-	49,75	-	-	49,75
-	-	-	-	100,00
-	-	-	-	100,00
-	-	-	-	64,00
-	75,00	-	-	-

Nesse sentido, em 2022, medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do *GHG Protocol*. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor. Em 2022, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento "Empresários pelo Clima" e nos comprometendo com metas de redução das emissões de *GEE* no Brasil. Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observarmos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais. **Gestão de recursos naturais** - O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Companhia certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores. Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de rerefino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Em 2021, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento "Empresários pelo Clima" e nos comprometendo com metas de redução das emissões de *GEE* no Brasil. Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observarmos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais. **Gestão de riscos, oportunidades e estratégia sobre mudanças climáticas** - O setor em que a Sociedade e sua controlada estão inseridas, gera impacto pelo consumo de combustíveis fósseis e decorrentes das emissões atmosféricas, fato que pode ter grande interferência nas mudanças climáticas. Nesse sentido, além de adotar ações para minimizar emissões de *GEE* - principalmente com a manutenção de frota com baixa idade média, o Grupo Simpar acompanha discussões legislativas, realiza análises internas e externas, promove *benchmarking* nacional e internacional e estuda pareceres de agências externas em relação aos temas ESG e assim, mantém atualizada sua matriz de riscos climáticos, com vistas a ampliar a cobertura de riscos contra eventos extremos. **Estratégia de descarbonização** - O plano estratégico do Grupo Simpar para reduzir seu impacto na emissão de CO₂, inclui as seguintes metas: • Potencial para aquisição de veículos elétricos ou movidos a biometano • Migração do consumo de combustível da gasolina para o etanol; • Implementação de mecanismos para incentivar e garantir o uso do etanol em substituição à gasolina em sua frota própria; • Implantação da tecnologia de telemetria na maior parte da frota, promovendo melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível em sua frota locada; • Ampliação da participação das fontes renováveis de energia na matriz energética, permitindo que as emissões sejam substancialmente reduzidas; • Promoção da redução das emissões de CO₂, por meio da implementação de novas tecnologias, como difusor para instalação em veículos a gásóleo, permitindo uma explosão limpa no motor em sua frota locada • Programas de incentivos junto aos seus clientes que visem otimizar as operações da sua frota locada, tornando-as mais eficientes, investindo em melhores tecnologias e manutenção. **Engajamento em mudanças climáticas** - O Grupo Simpar considera imprescindível seu papel na disseminação e fomentação de boas práticas na sociedade. Nesse contexto, através de suas subsidiárias, possui programas e iniciativas que buscam auxiliar os clientes no mapeamento de emissões e oferecer oportunidades de redução e neutralização de carbono, como por exemplo, o Programa *Carbon Free* da Movida. Na CS Brasil, há o Programa Motorista Ouro, fomenta o consumo eficiente de combustível e redução da emissão de *GEE* junto aos motoristas. De forma geral, todas as controladas do Grupo Simpar buscam engajar seus clientes, colaboradores e demais públicos em projetos de Sustentabilidade, pois entende-se que, a partir dessas iniciativas, novas oportunidades de atuação podem surgir e gerar ainda mais impacto positivo para a sociedade. Atenta aos riscos e oportunidades em mudanças climáticas, o Grupo Simpar busca antecipar-se ao que, um dia, pode ser uma regulamentação. A Sociedade participa de iniciativas e fóruns nesse sentido, além de adotar práticas voluntárias, a exemplo da publicação do inventário de *GEE* nos moldes do *GHG Protocol*. **Gestão de recursos naturais** - O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Sociedade e sua controlada, certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores. Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de rerefino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Ainda em 2021, iniciamos um teste piloto com o *software* voltado à gestão de resíduos em 57 unidades piloto do Grupo Simpar, objetivando o aumento de nosso desempenho na tratativa do tema.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às práticas contábeis adotadas no Brasil) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 11 de maio de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 6.1, quando aplicável. **2.2. Base de consolidação - a) Controladas** - O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais do Grupo, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Operação em conjunto** - A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle compartilhado do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O Grupo manteve a partir de julho de 2021, devido à Incorporação da parcela cindida da CS Participações mencionada na nota explicativa 1.1, operações em conjunto no consórcio Sorocaba por meio de sua Controlada CS Brasil Transportes, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, na proporção de sua participação. **c) Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial** - Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades com controle conjunto (*joint venture*). Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais do Grupo, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **d) Transações eliminadas na consolidação** - Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação - a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o Real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados aos ativos e passivos financeiros como empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários indexados em moeda diferente do Real, são contabilizados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Instrumentos financeiros - 2.4.1. Ativos financeiros - a) Reconhecimento e mensuração** - As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **b) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos financeiros** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao Valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 6.1). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; e • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** - Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a Valor justo por meio do resultado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.4.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.4.3. Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4. Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros** - O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. O Grupo utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo *"ad hoc"*. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas classificadas ao custo amortizado, a metodologia de *"impairment"* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 6.3.a (ii) é detalhado como o Grupo determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto após 12 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **2.5. Mensuração ao valor justo** - Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 6.2. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.6. Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)** - Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda". Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. **2.7. Imobilizado - a) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*"impairment"*), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados de venda, utilizando o método linear pelo tempo de vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação são definidas de acordo com o tipo do bem comprado e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas na nota explicativa 15. O Grupo adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanhando regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. **d) Redução ao valor recuperável ("impairment")** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos, os quais o Grupo fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável. **2.8. Intangível - 2.8.1. Softwares** - As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.8.2. Concessões - a) Direito de exploração** - O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias, contrato de concessão rodoviária e contrato de concessão de mobiliário urbano em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas nos contratos, dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos

aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **b) Gastos subsequentes** - Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **c) Direito de Outorga** - Para os terminais portuários de Aratu (ATU12 e ATU18), existe a necessidade de pagamento de outorga pelas SPEs ao Poder Concedente. De acordo com os editais, o modelo escolhido pelo Poder Concedente foi que venceriam as concorrências quem apresentasse as propostas mais vantajosas, adotando-se o critério de maior Valor de Outorga. Essa outorga refere-se ao prêmio pago para que as SPEs tenham o direito de utilização dos ativos citados ao longo do prazo de concessão e são contabilizados na rubrica de Intangível, conforme mencionado na nota 15. Conforme cláusula 27.2.2 dos Editais de Concessão, 25% do montante da outorga deve ser pago como condição para assinatura do contrato e o restante pago em cinco parcelas anuais. **d) Arrendamento Fixo** - Esse direito de exploração é registrado ao valor justo no ativo intangível, que corresponde ao fluxo projetado de pagamentos por todo o prazo do contrato de concessão, utilizando como taxa de desconto o custo de captação de dívidas de sua controladora no momento da assinatura do contrato de concessão. **e) Amortização** - Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. **2.9. Arrendamentos** - No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) / IFRS 16. **(i) Como arrendatário** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor** - O Grupo classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R1) / IAS 17, tais como: • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 / IFRS 15 para aloca a contraprestação no contrato. O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.5.1. (c) e 2.5.4). O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. **2.10. Ativos reconhecidos a partir dos custos para o cumprimento de um contrato** - A Sociedade reconhece ativos relacionados aos custos para o cumprimento de contratos, os quais estão apresentados no balanço patrimonial na rubrica "ativos para cumprimento de contratos" no ativo não circulante, uma vez que não são elegíveis para reconhecimento como ativos sob nenhuma outra norma contábil. O ativo é amortizado pelo método linear ao longo do contrato específico ao qual está relacionado, de forma consistente com o padrão de reconhecimento da receita associada e as amortizações foram reconhecidas como custo de prestação de serviços durante o exercício de 2021. **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes ("IRPJ e CSLL")** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **2.12. Provisões - 2.12.1. Geral** - Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.12.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas** - O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.13. Receitas de contrato com clientes** - A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.13.1. Receita de locação - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** - Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à locação, onde os valores anteriormente provisionados mediante a competência são estornados, conforme boletim de medição aprovado pelo cliente. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16** - A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente. **2.13.2. Receita de venda de ativos desmobilizados - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** - Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Sociedade desmobiliza e vende os veículos que ficam disponibilizados em seus pátios e através de plataforma de venda online. Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando da entrega, mediante a transferência de risco. As faturas emitidas, são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15** - A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. **2.13.3. Receita de transporte de passageiros - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** - Serviços de transporte público municipal de passageiros. O serviço ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro, e é recebido até o décimo quinto dia do mês subsequente da secretária de transporte do município. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47** - A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro. **2.13.4. Receita de serviços de limpeza e coleta urbana - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** - Serviços de limpeza e coleta urbana são realizadas diariamente e são cobrados mediante medição da tonelagem de lixo coletada e limpeza efetuada. As faturas são emitidas e recebidas no mês subsequente à prestação do serviço. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47** - A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. **2.13.5. Receita de serviços de carga e descarga portuária e armazenagem alfandegada - a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativas** - Serviços de carga e descarga de navios são realizados a partir do atracamento no terminal e são cobrados mediante a medição de tonelagem dos materiais movimentados. Serviços de armazenagem alfandegada são realizados a partir da armazenagem pelo período mínimo de 20 (vinte) dias e movimentação no armazém, sendo medido pela quantidade de dias a partir do período mínimo. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47** - As faturas são emitidas mediante o aceite do cliente e são cobrados conforme o acordo comercial. **2.13.6. Receita de construção** - Pelos termos dos contratos de concessão, a Sociedade será

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os parâmetros requisitados em contrato. Conforme requerido pelo OCP 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Sociedade em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens e serviços. Quando a Companhia presta serviços de construção, reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, apura a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização de serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento de obra. A Administração da Sociedade entende que os custos só existem em função das obras de construção e reforma, os quais são contratados a valor de mercado. Com base neste cenário, a Companhia estima ter margem de lucro igual à zero pelos serviços de construção, pelo fato de que são contratados a valor de mercado. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, sendo que as receitas estão registradas ao valor justo. **2.14. Benefícios a empregados - 2.14.1. Benefícios de curto prazo** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável. **2.14.2. Transações com pagamentos baseados em ações** - O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar, concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). **2.15. Capital social - 2.15.1. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio** - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no contrato social da Sociedade. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. USO DE ESTIMATIVAS DE JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Perdas esperadas (*"impairment"*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9; b) Ativo imobilizado disponível para venda - definição do valor residual - nota explicativa 11; c) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 15; e d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 24.

4. NOVAS NORMAS E NORMAS AINDA NÃO VIGENTES

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis

(“CPC”): **• Alteração ao IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As alterações esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do exercício. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). Adicionalmente, esclarecem a que se refere “liquidação” de um passivo à luz do IAS 1. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; **• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “políticas contábeis relevantes”, sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; **• Alteração ao IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; **• Alteração ao IAS 12 / CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023; **• IFRS 10 / CPC 36(R3) e IAS 28 / CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture:** As alterações tratam especificamente sobre o tratamento contábil para os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial. **• IFRS 17 / CPC 50 - Contratos de Seguro:** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo e foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, o qual considera o negócio da perspectiva de tipos de serviços prestados. Os resultados por segmento consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os negócios do Grupo foram divididos em cinco segmentos operacionais cujas atividades consistem em: a) Gestão e terceirização de frotas leves e pesados (“GTF Leves e GTF Pesados”); Locação de veículos leves e pesados para gestão e terceirização de frotas sem condutor; b) Gestão e terceirização de frotas com mão de obra (“GTF MO”); Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas com condutor; c) Limpeza urbana: Serviços de limpeza e coleta urbana, oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente; d) Transporte de passageiros: Serviços de transporte público municipal de passageiros. e) Carga e descarga portuária e armazenagem: serviços de carga e descarga portuária de insumos alfandegados, bem como o armazenagem; O Grupo conta ainda com outras atividades de operações como Terminais portuários - Sociedades de propósito específico “SPEs” ATU 12 e ATU 18 para administração de dois terminais portuários no estado da Bahia e Rodovias: Sociedades de propósito específico “SPE Grãos do Piauí” para prestação de serviços públicos de construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária. Estas atividades foram alocadas na natureza de Outros. As informações por segmento de negócios operacionais atribuídas ao Grupo, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

	31/12/2022							
	GTF Leves	GTF pesados	GTF MO	Transporte de passageiros	Concessão Portuária	Concessão Rodoviária	Outros	Total
Receita bruta de prestação de serviços e locação de veículos	92.492	20.178	309.251	54.037	74.899	-	840	551.697
Receita de construção	-	-	-	-	31.067	72.034	-	103.101
Receita bruta de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	36.873	325	11.006	356	-	-	4.005	52.565
Receita bruta de prestação de serviços, locação de veículos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	129.365	20.503	320.257	54.393	105.966	72.034	4.845	707.363
Receita líquida de prestação de serviços e locação de veículos	83.854	18.299	270.343	50.236	64.226	-	654	487.612
Receita de construção	-	-	-	-	31.067	72.034	-	103.101
Receita líquida de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	34.735	325	10.529	356	-	-	3.230	49.175
Receita líquida de prestação de serviços, locação de veículos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	118.589	18.624	280.872	50.592	95.293	72.034	3.884	639.888
Custo de prestação de serviços e locação de veículos	(34.554)	(5.927)	(241.176)	(44.391)	(42.930)	(388)	(2.314)	(371.680)
Custo de construção	-	-	-	-	(31.067)	(72.034)	-	(103.101)
Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(28.127)	(185)	(7.147)	329	-	-	(1.616)	(36.746)
Lucro bruto	55.908	12.512	32.549	6.530	21.296	(388)	(46)	128.361
Despesas comerciais	(639)	(7)	(84)	(107)	-	-	(1.129)	(1.966)
Despesas administrativas	(171)	81	(109)	(3.082)	(11.509)	(2.664)	(25.794)	(43.248)
(Provisão) reversão de perdas esperadas (<i>"impairment"</i>) de contas a receber	36	(12)	(313)	(8)	(2.659)	-	(9)	(2.965)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(102)	(8)	(3.332)	(4.225)	-	17	28.977	21.327
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	2.781	2.781
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	55.032	12.566	28.711	(892)	7.128	(3.035)	4.780	104.290
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	-	(142.742)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social								(38.452)
Total do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	8.192
(Prejuízo) do período								(30.260)

	26/07/2021 a 31/12/2021							
	GTF Leves	GTF Pesados	GTF MO	Limpeza urbana	Transporte de passageiros	Outros	Total	
Receita bruta de prestação de serviços e locação de veículos	35.779	5.708	111.391	647	18.706	385	172.616	
Receita bruta de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	28.525	-	3.496	1.980	1.142	895	36.038	
Receita bruta de prestação de serviços, locação de veículos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	64.304	5.708	114.887	2.627	19.848	1.280	208.654	
Receita líquida de prestação de serviços e locação de veículos	32.118	5.180	97.312	565	16.535	696	152.406	
Receita líquida de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	27.873	-	3.170	1.750	1.142	756	34.891	
Receita líquida de prestação de serviços, locação de veículos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	59.991	5.180	100.482	2.315	17.677	1.452	187.097	
Custo de prestação de serviços e locação de veículos	(17.663)	(2.206)	(86.205)	(8.977)	(15.517)	(545)	(131.113)	
Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(20.130)	-	(2.512)	(711)	(124)	(694)	(24.171)	
Lucro bruto	22.198	2.974	11.765	(7.373)	2.036	213	31.813	
Despesas comerciais	(1.192)	(10)	(200)	(1)	(3)	(167)	(1.573)	
Despesas administrativas	(2.149)	(340)	(6.736)	(69)	(1.202)	(2.934)	(13.430)	
(Provisão) reversão de perdas esperadas (<i>"impairment"</i>) de contas a receber	707	(5)	(47)	(1)	(2)	-	652	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	913	25	(401)	(48)	74	1.271	1.834	
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	(1.442)	(1.442)	
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	20.477	2.644	4.381	(7.492)	903	(3.059)	17.854	
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(28.123)	
(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social							(10.269)	
Total do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	3.988	
Prejuízo do período							(6.281)	

As informações referentes aos ativos totais e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos principais tomadores de decisão.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

6.1. Instrumentos financeiros por categoria - Os instrumentos financeiros do Grupo estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	Controladora - 31/12/2022		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	14	14
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	109.342	-	109.342
Outros créditos	-	2.346	2.346
	109.342	2.360	111.702
			Consolidado - 31/12/2022
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	22.393	22.393
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	242.590	-	242.590
Contas a receber	-	360.108	360.108
Depósitos judiciais	-	4.369	4.369
Partes relacionadas	-	2.786	2.786
Outros créditos	-	48.170	48.170
	242.590	437.826	680.416
			Controladora - 31/12/2022
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores	-	23	23
Partes Relacionadas	-	376.646	376.646
Empréstimos e financiamentos	-	74.450	74.450
Debêntures	-	254.189	254.189
Outras contas a pagar	-	4.237	4.237
Aquisições de empresas a pagar	-	57.440	57.440
Instrumentos financeiros derivativos	166.801	-	166.801
	166.801	766.985	933.786
			Consolidado - 31/12/2022
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores	-	85.252	85.252
Empréstimos e financiamentos	-	670.133	670.133
Instrumentos financeiros derivativos	214.458	-	214.458
Debêntures	-	254.189	254.189
Arrendamentos a pagar	-	38.849	38.849
Arrendamentos por direito de uso	-	13.066	13.066
Partes relacionadas	-	453	453
Outras contas a pagar	-	22.667	22.667
	214.458	1.084.609	1.299.067

6.2. Valor justo dos ativos e passivos financeiros - A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	Valor contábil 31/12/2022	Valor justo 31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	14	14
Títulos e valores mobiliários	109.342	109.342
Outros créditos	2.346	2.346
Total	111.702	111.702

	Controladora	
	Valor contábil 31/12/2022	Valor justo 31/12/2022
Passivos financeiros		
Fornecedores	23	23
Empréstimos e financiamentos	74.450	104.168
Debêntures	254.189	259.902
Instrumentos financeiros derivativos	166.801	166.801
Aquisição de empresas a pagar	57.440	57.440
Partes Relacionadas	376.646	376.646
Outras contas a pagar	4.237	4.237
Total	933.786	969.217
		Consolidado
	Valor contábil 31/12/2022	Valor justo 31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	22.393	22.393
Títulos e valores mobiliários	242.590	242.590
Contas a receber	360.108	360.108
Depósitos judiciais	4.369	4.369
Partes relacionadas	2.786	2.786
Outros créditos	48.170	48.170
Total	680.416	680.416
Passivos financeiros		
Fornecedores	85.252	85.252
Empréstimos e financiamentos	670.133	901.473
Debêntures	254.189	259.902
Instrumentos financeiros derivativos	214.458	214.458
Arrendamentos a pagar	38.849	39.606
Arrendamentos por direito de uso	13.066	13.066
Partes relacionadas	453	453
Outras contas a pagar	22.667	22.667
Total	1.299.067	1.536.877

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. **Nível 2** - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e **A** tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	Controladora - 31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras			
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	13.310	-	13.310
LTN - Letras do Tesouro Nacional	17.399	-	17.399
Notas promissórias - partes relacionadas	-	78.633	78.633
	30.709	78.633	109.342
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo			
Empréstimos e financiamentos	-	104.168	104.168
	-	104.168	104.168
Passivos financeiros mensurados ao valor justo			
Instrumentos financeiros derivativos	-	166.801	166.801
	-	166.801	166.801

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado - 31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa			
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	3.338	3.338
Operações compromissadas	-	16.836	16.836
Letras financeiras	-	-	-
Cota de outros fundos	-	261	261
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras			
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	48.424	-	48.424
LTN - Letras do Tesouro Nacional	63.301	-	63.301
Notas promissórias - partes relacionadas	-	130.865	130.865
	111.725	151.300	263.025

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo			
Empréstimos e financiamentos	-	670.133	670.133
Debêntures	-	254.189	254.189
Arrendamentos a pagar	-	38.849	38.849
	-	963.171	963.171

Passivos financeiros mensurados ao valor justo			
Instrumentos financeiros derivativos	-	214.458	214.458
	-	214.458	214.458

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	13,65	13,72	13,67	13,10	12,65	12,62	12,64

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2022

6.3. Gerenciamento de riscos financeiros - Os principais passivos financeiros não derivativos do Grupo se referem a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, arrendamentos por direito de uso, partes relacionadas e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora JSL (atual Simpar), que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora JSL (atual Simpar) para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Sociedade sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Sociedade está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Compete ao Conselho de Administração da controladora JSL (atual Simpar) autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações. **a) Risco de crédito** - O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras. **i. Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de

Empresa	Instrumento	Risco protegido	Tipo de instrumento financeiro derivativo	Operação	Valor Nominal
CS Finance	Contrato de swap	Risco de mercado	Hedge de Valor Justo	Swap Pré x CDI	R\$ 450.000

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

Operação	Consolidado - 31/12/2022		
	Valor de nominal	Ativo	Passivo
Swap - Pré x CDI	R\$ 450.000	177.555	(214.458)
Total		177.555	(214.458)
Circulante		-	-
Não circulante		177.555	(214.458)
Total		177.555	(214.458)

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com o contrato de swap impactam o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos.

	Consolidado - 31/12/2022				
	Valor contábil	Fluxo	1 ano	2 anos	acima de 3 anos
Swap Ativo	461.812	751.295	31.183	50.479	669.633
Swap Passivo	(676.270)	(1.027.395)	(95.693)	(100.060)	(831.642)
Total Geral	(214.458)	(276.100)	(64.510)	(49.581)	(162.009)
	MTM	Total	1 - 6 meses	7 - 12 meses	Mais de 1 ano
Swap					
Ponta ativa	461.812	751.296	31.183	-	720.113
Ponta passiva	(676.270)	(1.027.396)	(95.693)	-	(931.703)
	(214.458)	(276.100)	(64.510)	-	(211.590)

c) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. O risco de liquidez é gerenciado pelo Grupo, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) prevista em contratos de empréstimos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Adicionalmente, a Administração antecipa que quaisquer obrigações de pagamentos decorrentes, substancialmente de fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais, recebimentos de dividendos de suas controladas ou captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora - 31/12/2022			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	14	14	4.212	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	109.342	109.342	133.249	-
Outras contas a pagar	2.346	2.346	-	-
Total	111.702	111.702	137.461	-

	Controladora - 31/12/2022				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	23	23	23	-	-
Empréstimos e financiamentos	74.450	139.162	33.834	105.328	-
Debêntures	254.189	313.983	189.491	124.492	-
Instrumentos financeiros derivativos	166.801	214.745	50.174	38.563	126.008
Aquisições de empresas a pagar	57.440	57.440	11.565	11.565	34.310
Partes relacionadas	376.646	108.090	453	-	107.637
Outras contas a pagar	4.237	4.237	4.237	-	-
Total	933.786	837.680	289.777	279.948	267.955

	Consolidado - 31/12/2022				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	22.393	22.393	22.393	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	242.590	242.590	242.590	-	-
Contas a receber	360.108	360.108	250.183	109.925	-
Depósitos judiciais	4.369	4.369	-	4.369	-
Partes relacionadas	2.786	2.786	-	2.786	-
Outros créditos	48.170	48.170	45.519	2.651	-
Total	680.416	680.416	560.685	119.731	-

	Consolidado - 31/12/2022				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	85.252	85.252	85.252	-	-
Empréstimos e financiamentos	670.133	970.654	103.757	271.772	595.125
Debêntures	254.189	313.983	189.491	124.492	-
Instrumentos financeiros derivativos	214.458	229.080	64.510	91.259	120.331
Arrendamentos a pagar	38.849	39.932	16.624	23.308	-
Arrendamentos por direito de uso	13.066	18.699	5.439	1.723	11.537
Partes relacionadas	453	453	453	-	-
Outras contas a pagar	22.667	15.789	14.215	1.574	-
Total	1.299.067	1.673.842	479.741	514.128	726.993

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	-	190	206
Bancos	14	1	1.768	1.162
Total de disponibilidades	14	1	1.958	1.368
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	28.840	3.338	42.304
Operações compromissadas - Lastreadas em debêntures	-	-	16.836	1
Letras financeiras	-	332	-	2.238
Cotas de fundos	-	-	261	512
Total de aplicações financeiras	-	29.172	20.435	45.055
Total	14	29.173	22.393	46.423

crédito. Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"		Rating em Escala Global "G"	
Nomenclatura	Qualidade	Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito do Grupo para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Valores depositados em conta corrente	14	1.958
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	-	2.215
Br AA+	-	1.124
Br AA	-	17.096
Total de aplicações financeiras	-	20.435
Total de caixa e equivalentes de caixa	14	22.393
	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	109.342	242.590
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	109.342	242.590

ii. Contas a receber: O Grupo utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão específica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração. A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa do Grupo. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível, e, quando há recuperações, estas são reconhecidas no resultado do exercício. O Grupo registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao Contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 9. **b) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Os instrumentos financeiros do Grupo afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, e estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros. **i. Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como as obrigações com empréstimos, arrendamentos a pagar e arrendamentos por direito de uso, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 6.3.1. **ii. Instrumentos derivativos de hedge dos riscos de mercado:** Os contratos vigentes em 31 de dezembro são os seguintes:

Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média contratada	Consolidado	
			Pelo custo amortizado	Pelo valor justo
fev/28	Pré	163,81% CDI	(493.445)	(461.812)
		Total Consolidado	(493.445)	(461.812)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 14,92% a.a. (9,06% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

8. TÍTULOS, VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Operações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos - Fundos exclusivos				
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	13.310	15.741	48.424	106.245
LTN - Letras do Tesouro Nacional	17.399	22.244	63.301	150.131
Outros títulos				
Notas promissórias	78.633	-	130.865	-
Total	109.342	37.985	242.590	256.376

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o rendimento médio foi equivalente a 13,87% a.a. (9,06% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

9. CONTAS A RECEBER

Operações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber de serviços e locações, incluindo valores a receber com cartões de crédito	-	-	45.706	150.720
Receita de serviços e locações a faturar	-	-	39.144	31.142
Contas a receber - partes relacionadas (nota 22.1)	-	641	172.548	38.219
Outras contas a receber	-	-	124.590	1.108
(-) Perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	-	-	(21.880)	(21.574)
Total	-	641	360.108	199.615
Ativo circulante	-	641	250.183	116.485
Ativo não circulante	-	-	109.925	83.130
Total	-	641	360.108	199.615

9.1. Classificação por vencimento ("*aging list*") e perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber

	Controladora e Consolidado - 31/12/2022		
	Contas a receber	Perdas esperadas	% Total líquido
Total a vencer	238.653	(137)	0,06%
Vencidos em até 30 dias	3.652	(29)	0,79%
Vencidos de 31 a 90 dias	4.585	(99)	2,16%
Vencidos de 91 a 180 dias	1.405	(281)	20,00%
Vencidos de 181 a 365 dias	7.371	(83)	1,13%
Vencidos a mais de 365 dias (i)	126.322	(21.251)	16,82%
Total vencidos	143.335	(21.743)	40,90%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado				Consolidado			
	Veículos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Veículos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	Participação %	Patrimônio líquido em 31/12/2022
Custo:												
Saldos em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição por incorporação	1.495	67.350	9.145	76.495								
Bens transferidos do imobilizado	-	33.778	-	33.778								
Bens baixados por venda	-	(43.781)	-	(43.781)								
Outras baixas	(979)	(979)	-	(979)								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	516	56.368	9.145	65.513								
Bens transferidos do imobilizado	(188)	21.437	-	21.437								
Bens baixados por venda	201	(54.717)	-	(54.717)								
Outras baixas	-	(4)	-	(4)								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	529	23.084	9.145	32.229								
acumulada:												
Saldos em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição por incorporação	(539)	(41.549)	(8.645)	(50.194)								
Bens transferidos do imobilizado	-	(2.739)	-	(2.739)								
Bens baixados por venda	-	19.610	-	19.610								
Outras baixas	339	339	-	339								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(200)	(24.339)	(8.645)	(32.984)								
Bens transferidos do imobilizado	63	1.297	-	1.297								
Bens baixados por venda	(202)	17.970	-	17.970								
Outras baixas	-	1	-	1								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(339)	(5.072)	(8.645)	(13.716)								
Saldo residual líquido:												
Saldos em 31 de dezembro de 2021	316	32.029	500	32.526								
Saldos em 31 de dezembro de 2022	190	18.012	500	18.513								

12. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas	-	-	42.826	38.741
Cauções imobiliárias	-	-	-	179
Sinistros a receber - processos cíveis	-	-	-	60
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	17.112
Outros	2.346	-	5.344	2.217
Total	2.346	-	48.170	58.309
Ativo circulante	-	-	45.519	56.795
Ativo não circulante	2.346	-	2.651	1.514
Total	2.346	-	48.170	58.309

13. INVESTIMENTOS

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas.

13.1. Movimentação dos investimentos

	31/12/2021	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	Controladora	
					31/12/2022	Participação %
Investimentos	703.119	-	44.482	1.149	100,00	748.750
CS Brasil Transportes	703.119	-	44.482	1.149	100,00	748.750
CS Finance	824	-	2.674	(177)	100,00	3.321
Total investimentos	703.943	-	47.156	972	752,071	752,071

	31/12/2021	Aporte de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	31/12/2022	Participação %	Patrimônio líquido em 31/12/2022
BRT Sorocaba	26.822	498	2.781	507	30.608	49,75	61.523
Total investimentos	26.822	498	2.781	507	30.608	-	61.523

13.2. Saldos patrimoniais e de resultado das investidas e controladas

	Ativo				Passivo		Custos, despesas e outras receitas	Lucro / (prejuízo) líquido do período
	circulante	circulante não	circulante não	circulante não	Patrimônio líquido	Receitas líquidas		
Investimentos	35.292	254.985	31.749	197.005	61.523	128.566	(122.976)	5.590
BRT Sorocaba Concessionárias	35.292	254.985	31.749	197.005	61.523	128.566	(122.976)	5.590
CS Transportes	505.558	784.356	203.497	337.667	748.750	472.561	(411.100)	61.461
CS Finance	14.146	484.282	46.674	448.433	3.321	-	(2.674)	(2.674)

Saldo de dividendos incorporado via acervo cindido da CS Participações a receber da CS Frotas (nota 1.1) 2.550

Saldo em 31 de dezembro de 2021 2.550

Dividendos recebidos (1.500)

Saldo em 31 de dezembro de 2022 1.050

14. IMOBILIZADO

A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 do consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	188	-	188	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	188	-	188	-
Depreciação acumulada:				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Despesa de depreciação no período	(7)	-	(7)	-
Transferência para bens destinados a venda	(63)	-	(63)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(70)	-	(70)	-
Saldo líquido:				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	118	-	118	-
Taxa média de depreciação no período de 2021:				
Veículos leves	5,96%	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,72%	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Taxa média de depreciação no período de 2022:				
Veículos leves	2,85%	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,29%	-	-	-
Outros	-	-	-	-

	Consolidado								
	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso	Outros	Total
Custo:									
Saldos em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição por reestruturação societária	493.441	24.305	8.923	873	2.645	68	31.212	62	561.530
Adições	104.128	-	-	188	835	403	355	90	105.998
Transferências	284	-	68	-	(285)	(68)	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(33.778)	-	-	-	-	-	-	-	(33.778)
Baixa de ativos e outros	(12.014)	-	-	-	-	-	-	-	(12.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	552.061	24.305	8.991	1.061	3.194	403	31.567	152	621.736
Adições	75.224	2.287	-	1.284	2.067	3.472	6.081	565	90.980
Transferências	730	-	5.415	-	(894)	(5.251)	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(21.437)	-	-	-	-	-	-	-	(21.437)
Baixa de ativos e outros	(2.073)	-	(3.705)	-	-	-	(88)	-	(5.866)
Baixa decorrente de alienação de empresas	(3.551)	(2.190)	-	(117)	(827)	-	-	-	(6.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	600.954	24.402	10.701	2.228	3.540	(1.376)	37.560	717	678.728
Depreciação acumulada:									
Saldos em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição por reestruturação societária	(66.059)	(18.426)	(4.618)	(529)	(1.136)	-	(16.966)	(57)	(107.790)
Despesa de depreciação no período	(11.700)	(1.036)	(333)	(37)	(108)	-	(2.607)	(30)	(15.851)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	2.739	-	-	-	-	-	-	-	2.739
Baixa de ativos e outros	3.000	-	-	-	-	-	-	-	3.000
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(72.020)	(19.462)	(4.951)	(566)	(1.244)	-	(19.573)	(87)	(117.903)
Despesa de depreciação no período	(29.450)	(1.951)	(652)	(227)	(313)	-	(6.332)	(70)	(38.995)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(1.297)	-	-	-	-	-	-	-	(1.297)
Baixa de ativos e outros	229	-	-	-	-	-	88	(2)	315
Baixa decorrente de alienação de empresas	188	133	-	6	-	-	-	-	327
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(102.350)	(21.280)	(5.603)	(787)	(1.557)	-	(25.817)	(159)	(157.553)
Saldo líquido:									
Saldos em 31 de dezembro de 2021	480.041	4.843	4.040	495	1.950	403	11.994	65	503.833
Saldos em 31 de dezembro de 2022	498.604	3.122	5.098	1.441	1.983	(1.376)	11.743	558	521.175
Taxa média de depreciação no período de 2021:									
Veículos leves	5,96%	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,72%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	14,69%	6,00%	20,00%	9,66%	-	5,52%	10,01%	-
Taxa média de depreciação no período de 2022:									
Veículos leves	2,85%	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos, máquinas e equipamentos pesados	6,29%	-	9,90%	20,00%	10,00%	-	12,00%	10,01%	-
Outros	-	14,18%	-	-	-	-	-	-	-

14.1. Arrendamento de itens do ativo imobilizado - Parte dos ativos foram adquiridos pela Sociedade por meio de arrendamento a pagar, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo - arrendamento mercantil capitalizado	64.799	96.337	64.799	96.337
Depreciação acumulada	(15.406)	(16.920)	(15.406)	(16.920)
Saldo contábil, líquido	49.393	79.417	49.393	79.417

15. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Ágio (ii)	Contratos de concessão	Intangível em andamento	Softwares	Outros (i)
Custo:					
Em 26 de julho de 2021	-	-	-	2.914	1.750
Adições	2.284	-	26.750	740	15.625
Baixas	-	-	-	-	(15.625)
Em 31 de dezembro de 2021	2.284	-	26.750	3.654	1.750
Adições	-	-	531.035	2.080	-
Baixas	-	-	(75)	-	(1.750)
Transferências	-	509.245	(509.245)	-	-
Baixas por venda de empresas	-	(509.245)	(48.465)	(851)	-
Em 31 de dezembro de 2022	2.284	-	4.883	-</	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação para o exercício de 2022 do consolidado está demonstrada a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média a.a.	Vencimento	31/12/2022			Movimentação				Consolidado 31/12/2021			
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Redução por alienação de investimento	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
CCBs (i)	17,24%	CDI+3,06% set/25	jul/23	20.193	-	20.193	-	(30.000)	(5.112)	5.011	-	30.363	19.931	50.294
NC 16,49%	CDI+2,50%			3.196	79.552	82.748	80.000	-	-	2.748	-	-	-	-
NPs (ii)	16,81%	CDI + 2,01%	jun/24	29.450	45.000	74.450	-	(74.500)	(17.068)	18.618	-	102.395	44.008	146.403
CDCs (iii)	17,05%	CDI+2,99%	jul/22	-	-	-	-	(1.290)	(13)	52	-	1.251	-	1.251
FNE	8,41%	CDI+2,78%	ago/38	-	-	-	9.944	-	-	17	(9.961)	-	-	-
CCB (i)	16,63%	PRÉ	mar/23	1.826	-	1.826	1.663	-	-	163	-	-	-	-
Em moeda estrangeira														
BOND (iv)	10,75%	Pré - Fixado	fev/28	42.482	448.434	490.916	-	-	(48.375)	48.757	-	42.482	448.052	490.534
				97.147	572.986	670.133	91.607	(105.790)	(70.568)	75.366	(9.961)	176.491	511.991	688.482

(i) **CCBs** - são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos para as operações. Esses contratos possuem vencimentos variados, sendo semestrais e não possuem cláusulas de compromisso; (ii) **NPs** se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esses contratos possuem vencimentos variados, com amortizações de juros e principal no final do contrato. Esses contratos possuem uma cláusula de compromissos: manutenção de índices financeiros. A Sociedade utiliza os índices financeiros consolidados da controladora Simpar. (iii) **CDC** - é uma modalidade de financiamento com a finalidade de subsidiar o capital de giro, para aquisição de produtos, veículos, máquinas e equipamentos em geral inclusive serviços. São operações utilizadas para gestão do caixa e não possuem cláusulas de compromisso; (iv) **Senior Notes "Bond"** - A Simpar Finance, controlada direta da Simpar S.A emitiu títulos de dívidas no mercado internacional, denominados em moeda corrente nacional (reais), no valor total de R\$450.000, remunerados à taxa de 149,81% do CDI ao ano e com vencimento em 12 de fevereiro de 2028. Em 30 de março de 2021, esses títulos de dívidas foram cedidos para CS Finance, nas mesmas condições, anteriores a cessão. A Sociedade e suas controladas monitoram a manutenção dos *covenants* trimestralmente e a manutenção dos índices foi realizada em todos os trimestres. Determinados contratos possuem cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros calculados com base na Dívida Financeira Líquida, *EBITDA*-Adicionado (*EBITDA-A*) e Despesa Financeira Líquida, com base nas demonstrações

financeiras consolidadas da Simpar S/A. "**Dívida Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros**" significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Avalista, incluídas as Notas Comerciais e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos *Floor Plan*); "**EBITDA-Adicionado para fins de *covenants* financeiros**" significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o *EBITDA*-Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Avalista; e "**Despesa Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros**" significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

19. DEBÊNTURES

As movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	31/12/2022			Movimentação			Consolidado 31/12/2021					
			Circulante	Não circulante	Total	Transferência	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total			
Em moeda nacional														
1ª Emissão- CSH	15,81%	set/23	104.332	-	104.332	-	(12.365)	13.988	2.719	99.990	-	-	102.709	
2ª Emissão- CSH	16,95%	dez/25	50.608	99.249	149.856	149.094	(22.403)	23.166	-	-	-	-	-	
			154.940	99.249	254.189	149.094	(34.768)	37.154	2.719	99.990	-	-	102.709	

As características das debêntures estão apresentadas na tabela a seguir:

Descrição	1ª Emissão		CS Holding		2ª Emissão	
a. Identificação do processo por natureza						
Valor da 1ª Série	100.000		100.000		150.000	
Valor da emissão	100.000		100.000		150.000	
Valor Total Recebido em C/C	100.000		100.000		150.000	
Emissão	02/09/2021		02/09/2021		15/12/2020	
Captação	10/09/2021		10/09/2021		17/12/2020	
Vencimento	15/09/2023		15/09/2023		15/12/2025	
Espécie	Quirografárias		Quirografárias		Flutuante	
Identificação ativo na CETIP	CSHO11		CSHO11		CSBR12	
b. Custos da transação	30.991		30.991		1.929.609	
c. Prêmios obtidos						
Adicional pela liquidação	N.A.		N.A.		N.A.	
Valor da liquidação	-		-		-	
d. Taxa de juros efetiva (tir) a.a. %						
1ª Série	CDI+1,90%		CDI+1,90%		CDI+2,90%	
e. Montante dos custos e prêmios a serem apropriados até o vencimento	10.836		10.836		1.143.017	

20. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Contratos de arrendamentos na modalidade de *Finame leasing* e arrendamento a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo que possuem encargos anuais pós-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2022			Movimentação				Consolidado 31/12/2021			
				Circulante	Não circulante	Total	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total		
Em moeda nacional														
Arrendamento mercantil - Leasing	16,2%	CDI + 2,17%	fev/25	16.020	22.829	38.849	(32.146)	(1.011)	7.072	28.124	36.810	-	-	64.934

21. ARRENDAMENTOS DE DIREITO DE USO

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 15.

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento no início do exercício	13.206	18.306		
Adição	6.081	1.031	Trabalhistas	3.768
Baixa	(128)	(8)	Cíveis	383
Amortização	(6.332)	(5.183)	Tributárias	218
Juros pagos	(1.009)	(2.599)		175
Juros apropriados	1.248	1.659		3.507
Passivo de arrendamento no fim do exercício	13.066	13.206		(4.659)
Circulante	3.980	4.296		(2.707)
Não circulante	9.086	8.910		
Total	13.066	13.206		

O Grupo arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa, assim como concessionárias, cujos contratos de arrendamentos possuem prazo médio de 6 anos. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo é impedido de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento. O Grupo chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade do Grupo ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, §33:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1	4,21
2	5,59
3	6,93
5	8,34
10	9,33
15	9,66
20	10,15

22. OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento no início do exercício	422.188	-
Arrendamento Fixo	422.188	-
Outuroga	40.365	-
Amortização de arrendamento fixo	(14.856)	-
Juros pagos sobre arrendamento fixo	(200)	-
Juros apropriados	14.137	-
Redução por alienação de investimento	(461.634)	-
Passivo de arrendamento no fim do exercício	-	-
Circulante	-	-
Não circulante	-	-
Total	-	-

23. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Venda de veículos	9.900	20.274
Total	9.900	20.274

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outras contas a pagar - partes relacionadas	4.237	559	10.841	7.709
Participação em consórcios	-	-	765	-
Seguros a realizar	-	-	6.260	6.268
Provisão PPR - longo prazo	-	-	880	1.621
Provisão de serviço de terceiros	-	-	3.177	4.311
Outros	-	7	744	388
Total	4.237	566	22.667	20.298
Ativo circulante	3.559	561	20.414	18.268
Ativo não circulante	678	5	2.253	2.030
Total	4.237	566	22.667	20.298

25. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários	5.894	4.433
Provisões de férias, encargos e bônus	13.304	11.700
Bônus e participações nos lucros e resultados	1.713	2.196
INSS	9.930	8.385
FGTS	783	689
Outras	959	753
Total	32.583	28.156

26. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

A Sociedade e suas controladas, no curso normal de seus negócios, recebem demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas, discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas

provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	3.768	2.626	(2.086)	(1.577)
Cíveis	383	706	(2.573)	(1.130)
Tributárias	218	175	-	-
Total	4.369	3.507	(4.659)	(2.707)

26.1. Depósitos judiciais - Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente. **26.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas** - O Grupo classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas. A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais. A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Trabalhista		Cível		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 26 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-
Adição por incorporação	(1.881)	(515)	(934)	(1.163)	(2.396)	(1.163)
Constituição	533	319	319	852	852	852
Reversão	(1.577)	(1.130)	(1.130)	(2.707)	(2.707)	(2.707)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.370)	(2.473)	(2.473)	(4.843)	(4.843)	(4.843)
Constituição	1.453	230	230	1.683	1.683	1.683
Reversão	407	801	801	1.208	1.208	1.208
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.087)	(2.572)	(2.572)	(4.659)	(4.659)	(4.659)

Trabalhistas - A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária. **Cíveis** - Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais, estéticos e materiais. **26.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço** - A Sociedade e suas controladas têm, em 31 de dezembro de 2021, processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	Trabalhista		Cível		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	5.543	8.594			5.543	8.594
Cíveis	9.511	11.291			9.511	11.291
Tributárias	4.886	3.904			4.886	3.904
Total	19.940	23.789	-	-	19.940	23.789

Trabalhistas - As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 24.2, movidas por ex-colaboradores do Grupo. **Cíveis** - As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Sociedade e suas controladas, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 24.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais. **Tributárias** - As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos a créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS; (iv) questionamentos relativos a compensação de créditos de IRPJ e CSLL e (v) questionamentos relativos a apropriação de créditos de ICMS.

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

27.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e para o período de 13 de maio de 2021 (data da constituição da Sociedade) a 31 de dezembro de 2021 na controladora está demonstrada a seguir:

	Controladora
Saldos em 13 de maio de 2021	-
Adição por incorporação	(2.381)
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	8.568
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.187
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	39.519
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.706

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 no consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora
Saldos em 26 de julho de 2021	-
Adição por incorporação	(33.745)
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	4.077
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(29.668)
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	13.758
IRPJ / CSLL diferidos decorrentes de alienação de empresas	(2.705)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	(352)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(18.967)

27.2. Prazo estimado de realização - Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. A administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes. Em 31 de dezembro de 2022, foram concluídos os estudos de recuperabilidade de dos saldos dos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro diferido e concluiu em manter os saldos contabilizados. Esses estudos contaram com auxílio de especialistas e com premissas, consideraram as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios e a realização é prevista cronograma abaixo:

	Consolidado - 31/12/2022				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos
Valores totais líquidos	798	10.459	16.574	13.601	4.274
Total	798	10.459	16.574	13.601	4.274

27.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social - Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(69.077)	(13.576)	(38.452)	(10.269)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais (Adições) exclusões permanentes	23.486	4.616	13.074	3.491
Equivalência patrimonial	16.033	3.709	946	(490)
Incentivos fiscais - PAT	-	-	121	-
Despesas indutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	-	243	(5.949)	987
IRPJ e CSLL apurados	39.519	8.568	8.192	3.988
Corrente	-	-	(5.566)	(89)
Diferido	39.519	8.568	13.758	4.077
IRPJ e CSLL no resultado	39.519	8.568	8.192	3.988
Alíquotas efetivas	-57,21%	-63,11%	-21,30%	-38,84%

As declarações de imposto de renda da Sociedade e suas controladas estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitas a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada. **27.4. Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e a recolher** - A movimentação do imposto de renda e contribuição social correntes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de 13 de maio de 2021 (data da constituição da Sociedade) até 31 de dezembro de 2021 na controladora:

	Controladora
Saldos em 13 de maio de 2021	-
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	1.171
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.171
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	10.329
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.500

Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-
A movimentação do imposto de renda e contribuição social correntes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) até 31 de dezembro de 2021 no consolidado:	-

	Controlado
Saldos em 26 de julho de 2021	-
Provisão de IR / CS do período a pagar	(89)
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	18.179
Saldos em 31 de dezembro de 2021	18.090
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	18.171
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	(81)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.090

Provisão de Imposto de renda e contribuição social do período a pagar

	Controlado
Antecipações, compensações e recolhimentos no período	(5.566)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	32.758
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	45.282
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.282

28. PARTES RELACIONADAS

28.1. Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo) - As transações entre a Sociedade e suas controladas são eliminadas para fins de apresentação dos saldos consolidados, mas mantidos na Controladora nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As naturezas dessas transações são compostas por: (i) Contas a receber: saldos oriundos de transações comerciais de venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 26.2 (i), (ii) e (iii). (ii) Outros créditos: saldos oriundos de reembolsos de despesas diversas e de rateio de despesas comuns pagas à Sociedade, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 26.2 (iv). (iii) Partes relacionadas a receber e a pagar: se referem a contratos de mútuo mantidos entre a Sociedade e suas controladas e saldos a receber pela venda de participações societárias entre a Sociedade e suas controladas. (iv) Outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Sociedade custeadas pelas controladas. (v) Fornecedores: saldos oriundos de transações comerciais de compra de ativos, locação de ativos e prestação de serviços. (vi) Dividendos e juros sobre capital próprio ("JSCP") a pagar: saldo recebido via incorporação do acervo líquido cindido da CS Participações a ser pago à Simpar, referente aos dividendos distribuídos no exercício de 2020. (vii) Aquisições de empresas a pagar: Refere-se a compra da participação de 64.803.261 "Quotas" da CS Brasil Frotas, ocorrida em 30 de dezembro de 2020, em 8 parcelas semestrais, no valor de R\$ 9.052, vencendo a primeira parcela em 30 de dezembro de 2022 e a última em 30 de junho de 2026, corrigidas por 100% do CDI + limite de 2,2%, saldo que foi incorporado da CS Participações.

	Controladora - Ativo								Controladora - Passivo							
	Títulos e valores mobiliários (nota 8)		Contas receber (nota 9)		Dividendos a receber		Fornecedores (nota 14) (iii)		Dividendos a pagar		Aquisição de empresas a pagar		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (Nota 20)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas	78.633	-	-	-	1.050	2.550	23	23	-	-	57.440	80.930	-	-	-	-
Ciclus Ambient Brasil S.A.	78.633	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Transportes	-	-	-	-	1.050	2.550	-	-	-	-	57.440	80.930	-	-	-	-
CS Brasil Frotas S.A.	-	-	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Participações	-	-	-	609	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS FINANCE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.560	559
SIMPAN S/A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	376.646	380.231	-	-
Total	78.633	-	-	641	1.050	2.550	23	23	-	16.723	57.440	80.930	376.646	380.231	4.237	559
Circulante	78.633	-	-	641	1.050	2.550	23	23	-	16.723	57.440	80.930	376.646	380.231	4.237	559
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	78.633	-	-	641	1.050	2.550	23	23	-	16.723	57.440	80.930	376.646	380.231	4.237	559

	Consolidado - Ativo								Consolidado - Passivo							
	Títulos e valores mobiliários (nota 8)		Contas receber (nota 9)		Partes relacionadas		Outros Créditos (nota 14) (iii)		Fornecedores (nota 14) (iii)		Dividendos a pagar		Partes relacionadas		Outras contas a pagar (Nota 20)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas	130.865	-	172.548	38.219	2.786	2.122	42.826	38.741	59.191	27.191	-	16.723	453	453	10.841	7.709
ATU 12	-	-	78	-	-	-	1.959	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Brasileiro Cred. S.A.	-	-	176	-	-	-	-	-	172	173	-	-	-	-	124	-
Ciclus Ambient Brasil S.A.	130.865	-	-	-	-	-	-	-	-	634	-	-	-	-	-	-
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	453	453	-	-
CS Brasil Frotas S.A.	-	-	3.722	4.349	-	-	19.356	19.310	4.426	885	-	-	-	-	647	697
CS Brasil Participações	-	-	79	688	-	-	11.475	11.475	1.778	129	-	-	-	-	3.753	3
BBC Leasing S.A.	-	-	-	176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Infra S.A.	-	-	119.816	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GRÃOS DO PIAÚ	-	-	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL S/A.	-	-	18.512	6.610	-	-	-	901	7.713	2.349	-	-	-	-	421	996
JSL Empreendimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
Medlogística Pres. Ser. Log.	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	422
MOGI PASSES	-	-	53	25	-	-	-	122	129	129	-	-	-	-	-	-
MOGIMOB	-	-	22.805	21.318	2.000	2.000	-	1.370	13.106	11.270	-	-	-	-	-	-
Movida Loc. Veic. Premium	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	64
Movida Loc. de Veic. S.A.	-	-	107	114	-	-	-	100	100	16.446	146	-	-	-	1	6
Movida Participações S/A.	-	-	51	50	-	-	-	10	10	54	52	-	-	-	6	-
Original Distrib.	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Original Locadora Veic. LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	2.916	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos S.A.	-	-	124	29	-	-	-	15	37	44	-	-	-	-	1	-
Ponto Veículos S.A.	-	-	202	43	-	-	-	-	45	43	-	-	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	-	-	1	11	-	-	-	56	(65)	66	-	-	-	-	4	-
SIMPAN S/A.	-	-	17	8	-	-	1.879	1.594	2.380	653	-	16.723	-	-	2.555	2.556
Simpar Europe	-	-	-	-	-	-	-	606	-	-	-	-	-	-	2.620	1.394
TPG	-	-	5.030	4.162	-	-	1.981	1.977	6.560	6.549	-	-	-	-	-	24
Transrio Caminhões Ônibus	-	-	-	13	-	-	-	-	190	50	-	-	-	-	47	15
Vamos Locações de Caminhões	-	-	-	624	-	-	-	1.203	4.017	-	-	-	-	-	2	2
Vamos Loc. Cam. Máq. Equip. S.A.	-	-	738	-	-	-	1.213	-	3.270	-	-	-	-	-	1	9
Yolanda Logística, Armazem	-	-	-	-	786	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Serveng	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Areatec	-	-	-	-	-	-	180	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quataí	-	-	283	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	659	1.491	-
Joseense	-	-	672	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saga	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Promulti	-	-	-	-	-	-	4.416	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FBS	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	20	-	-	122	180	-	34	-	-	-	-	-	-	-
Total	130.865	-	172.548	38.219	2.786	2.										

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.3. Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamentos de imóveis - O Grupo mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. ("Ribeira Imóveis"), empresa sob controle comum. O valor dos alugueis reconhecidos no resultado no exercício findo em 31 foi de R\$5.210. (R\$ 6.521 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Os contratos tem condições linhadadas com as práticas do mercado e tem vencimentos até 2035. **28.4. Centro de serviços administrativos** - O Grupo, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços compartilhados, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e BackOffice. Para o exercício de 2022 foi de R\$ 8.247 no consolidado (R\$ 6.115 em 2021). **28.5. Remuneração dos administradores** - A Administração da Sociedade é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, que inclui todos os encargos sociais e benefícios, foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa	2.062	1.845
Remuneração variável	1.989	2.548
Benefícios	57	44
Remuneração baseada em ações	1.108	887
Total	5.216	5.324

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora Simpar S.A. Para o período de 26 de julho de 2021 (data da incorporação) a 31 de dezembro de 2021 foram exercidas opções de ações pelos administradores. A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. Capital social - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 161.393 dividido em 161.393 ações sem valor nominal, sendo 100% pertencente à Controladora Simpar com 161.393 ações. A Companhia não possui capital mínimo autorizado.

	31/12/2022	31/12/2021
	Valor	Ações
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-
Integralização de capital	1	1
Aumento de capital (i)	161.392	161.392
Saldos em 31 de dezembro de 2021	161.393	161.393
Integralização de capital	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	161.393	161.393

(i) Conforme mencionado na nota explicativa 1.1., em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação da Sociedade, e consequentemente, os acionistas aprovaram a incorporação da parcela cindida da CS Participações com aumento de capital social no valor de R\$ 171.598 com base no laudo de cisão com data base de 31 de março de 2021 e R\$ 161.393 na data base da aprovação da cisão em 26 de julho de 2021.

29.2. Reserva de Lucros - a) Distribuição de dividendos - Conforme o Estatuto Social da Sociedade, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: i. 5% da reserva legal sobre o lucro líquido do exercício; ii. Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos" O montante de dividendos a ser efetivamente distribuído é aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Sociedade permite ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do exercício. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 29.558 não houve constituição de dividendos e juros sobre capital próprio e o saldo de prejuízos acumulados do exercício é de R\$ 35.109. **b) Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Sociedade, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi constituída reserva legal, em virtude do prejuízo do exercício. **29.3. Participação de não controladores** - A Empresa trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Em virtude da venda da controlada Grãos do Piauí em 30 de dezembro de 2022, em que a CS Brasil detinha 64% de participação, houve redução de R\$ 3.237 na participação dos sócios não controladores no consolidado. Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui o valor de R\$ 4.508 relacionado a participação de não controladores, composto por R\$ 8 referente ao lucro do exercício da CS Mobi Cuiabá e R\$ 4.500 de capital social da CS Mobi Cuiabá, na qual a CS Brasil Transportes detém 75% de participação. **29.4. Ajuste de avaliação patrimonial** - Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa tem registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 1.049 decorrente de reestruturações societárias e movimentações patrimoniais de controladas (R\$ (468) em 31 de dezembro de 2021).

30. RECEITA LÍQUIDA LOCAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

a) Fluxos de receitas - A Empresa gera receita principalmente pela prestação de serviços, locação e venda de ativos desmobilizados.

	Consolidado	
	26/07/2021 a	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços (a)	50.890	70.942
Receita de locação (b)	372.496	313.274
Receita de carga e descarga de navios, serviços acessórios e armazenagem	64.226	-
Receita de construção	103.101	-
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	590.713	384.216
Receita de venda de ativos desmobilizados	49.175	111.831
Receita líquida total	639.888	496.047

(a) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 - Receita de contrato com cliente. (b) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	Consolidado	
	26/07/2021 a	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	707.365	548.661
Menos:		
Impostos sobre vendas	(67.406)	(50.501)
Devoluções e cancelamentos	(71)	(2.113)
Receita líquida total	639.888	496.047

b) Desagregação da receita de contrato com cliente - Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os s reportáveis da Empresa.

	Consolidado	
	26/07/2021 a	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021
Receita de transporte de passageiros	50.890	39.883
Receita de limpeza e coleta urbana	-	31.059
Receita de locação - GTF Leves	83.854	77.710
Receita de locação - GTF Pesados	270.343	11.848
Receita de locação - GTF MO	18.299	222.515
Receita de construção	103.101	-
Receita de carga e descarga de navios e serviços acessórios	64.226	-
Outros	-	1.201
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	590.713	384.216
Receita de venda de ativos desmobilizados	49.175	111.831
Receita líquida total	639.888	496.047

Tempo de reconhecimento de receita

Produtos transferidos em momento específico no tempo	100.065	152.915
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	539.823	343.132
Receita líquida total	639.888	496.047

31. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado do Grupo são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	13/05/2021 a	26/07/2021 a	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo / despesas com frota (iv)	-	-	(18.532)	(9.059)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	-	(36.746)	(24.171)
Pessoal e encargos	-	-	(182.815)	(73.819)
Agregados e terceiros	-	-	(174)	(46)
Depreciação e amortização	(7)	-	(45.161)	(15.925)
Peças, pneus e manutenções	-	-	(34.719)	(11.487)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(67.934)	(21.372)
Comunicação, propaganda e publicidade	(70)	(32)	(747)	(280)
Prestação de serviços	(479)	(191)	(20.985)	(7.438)

	Controladora		Consolidado	
	13/05/2021 a	26/07/2021 a	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	-	-	(2.965)	652
Provisão e indenizações judiciais para demandas judiciais e administrativas	-	-	477	(997)
Aluguel de imóveis	-	-	(1.566)	1.229
Energia elétrica	-	-	-	(1.053)
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos (ii)	-	-	(7.298)	(3.050)
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos (i)	-	-	28.531	8.414
Crédito de impostos extemporâneos (iii)	-	-	(3.294)	889
Custo de construção de concessões	-	-	(103.102)	-
Outros custos	(8)	(3)	(41.349)	(10.288)
	(564)	(226)	(538.379)	(167.801)
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	-	-	(474.781)	(131.113)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	-	(36.746)	(24.171)
Despesas comerciais	-	-	(1.966)	(1.573)
Despesas administrativas	(564)	(226)	(43.248)	(13.430)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	-	-	(2.965)	652
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	-	-	21.327	1.834
	(564)	(226)	(538.379)	(167.801)

(i) O Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas. (ii) Inclui saldo de alugueis de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerram dentro do exercício. (iii) Durante o exercício de 2021, a CS Brasil Transportes reconheceu créditos extemporâneos relacionados a INSS de R\$ 323 relativos a determinadas verbas trabalhistas pacificadas em decisões judiciais, e sobre descontos efetuados da remuneração de empregados. (iv) Inclui despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frota utilizadas nas operações.

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	13/05/2021 a	26/07/2021 a	31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	18.890	5.172	38.267	9.357
Receita de variação monetária	-	-	12.292	6.973
Juros recebidos	-	-	82	330
Resultado na apuração dos swaps, líquido	-	1.185	-	3.228
Outras receitas financeiras	-	-	-	324
Receita financeira total	18.890	20.014	50.641	20.212
Despesas financeiras				
Despesas do serviço da dívida				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(47.469)	(8.753)	(112.590)	(12.303)
Juros e encargos bancários sobre arrendamento mercantil	-	-	(7.072)	(4.561)
Despesas com captações de dívidas	-	(628)	(1.051)	(1.076)
Resultado na apuração dos swaps, líquido	(31.804)	-	(40.891)	-
Despesa total do serviço da dívida	(79.273)	(9.381)	(161.604)	(17.940)
Juros sobre arrendamento por direito de uso	-	-	(1.248)	(1.659)
Juros sobre obrigações com poder concedente	-	-	(14.137)	-
Juros passivos	(54.252)	(18.486)	(12.059)	(8.386)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	-	-	(359)	(74)
Despesas com aplicações financeiras	(878)	(300)	(2.356)	(786)
Outras despesas financeiras	(156)	(621)	(1.620)	(620)
Despesa financeira total	(134.559)	(28.788)	(193.383)	(29.465)
Resultado financeiro líquido	(115.669)	(8.774)	(142.742)	(9.253)

33. ARRENDADOR OPERACIONAL

A Empresa possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimentos até 2025. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Total
CS Brasil Transportes	334.231	100.712	7.783	-	-	442.726
Total	334.231	100.712	7.783	-	-	442.726

34. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **34.1. Aquisições que não afetam os fluxos de caixa** - A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destes veículos não afetam os fluxos de caixa por estarem financiados. Abaixo esta a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Total das adições de imobilizado no período	-	-	90.980	105.998
Aquisições de imobilizado por arrendamentos a pagar	-	23	(6.081)	(355)
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	-	23	84.899	105.643
Demonstrações dos fluxos de caixa:				
Imobilizado operacional para locação	-	23	75.224	104.128
Imobilizado	-	-	9.675	1.870
Direito de Uso	-	-	-	(355)
Total	-	23	84.899	105.643

34.2. Classificação de juros sobre capital próprio e lucros como atividades de investimento e financiamento- A CS Holding classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos ou pagos como fluxo de caixa das atividades de investimento ou financiamento, respectivamente, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações. Os juros sobre capital próprio e lucros recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de investimento como retorno sobre os investimentos que a Empresa possui ou como atividades de financiamento, pois considera-se que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros. **34.3. Acervo líquido de caixa da alienação de empresas controladas** Os saldos patrimoniais que deixaram de ser consolidados em virtude de venda de participação está demonstrado a seguir:

	ATU 12	ATU 18	Grãos do Piauí	Total
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	584	10.943	-	11.527
Contas a receber	8.992	1.883	22.705	33.580
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	409	414	18	841
Despesas antecipadas	1.191	626	589	2.406
Adiantamentos a terceiros	4.332	128	3.100	7.560
Outros créditos	4.371	1.633	30	6.034
Depósitos judiciais	2.933	-	-	2.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.504	225	1.326	3.055
Imobilizado	2.839	159	3.360	6.358
Intangível	406.514	96.868	49.254	552.636
Fornecedores	(5.267)	(1.093)	(7.301)	(13.661)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(9.961)	(9.961)
Obrigações com o poder concedente	(378.907)	(82.727)	-	(461.634)
Obrigações sociais e trabalhistas	(811)	(138)	(682)	(1.631)
Tributos a recolher	(1.222)	(314)	(634)	(2.170)
Partes relacionadas	-	-	(7.284)	(7.284)
Outras contas a pagar	(3.362)	(5.252)	(320)	(8.934)
Total	44.100	23.355	54.200	121.655

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1. Resgate de aplicação financeira - Nota Promissória - Em 10 de fevereiro de 2023, a Companhia resgatou o montante de R\$ 132.800 aplicado em nota promissória junto ao Banco Santander, sendo R\$ 53.128 pela controlada CS Brasil Transportes e R\$ 79.672 pela controladora CS Holding. **35.2. Pagamento de juros - debêntures 1ª emissão** - A Companhia efetuou em 15 de março de 2023 o pagamento de juros no valor de R\$ 7.489 referente à 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirografia, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única.

DIRETORIA EXECUTIVA	
João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho Diretor Presidente	Anselmo Toletino Soares Junior Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
	Samir Moises Gilio Ferreira Diretor de Controladoria
CONTADOR	
	Diogo Venceslau da Silva Contador - CRC 1SP 344761

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e acionistas
CS Holding e Locação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CS Holding e Locação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CS Holding e Locação S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Holding e Locação S.A. e da CS Holding e Locação S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA**Estimativa do valor residual dos veículos destinados a locação (Nota 2.7 e 14)**

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, as premissas utilizadas para determinar o valor residual considerado no cálculo da depreciação dos veículos destinados a locação.

Esse assunto foi considerado uma área de foco de auditoria porque implica no uso de premissas que exigem julgamento e avaliação por parte da administração para a determinação da estimativa do valor de venda, e quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar em ajustes com impacto relevante no resultado do exercício, especialmente na despesa de depreciação e no resultado das alienações no futuro.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos critérios estabelecidos pela administração para a determinação do valor residual dos veículos destinados a locação.

Testamos, com base em amostragem, os valores estimados de venda, considerando transações históricas da Companhia e, quando aplicável, o preço de venda de veículos similares atualmente praticados e divulgados no mercado.

Também testamos, com base em amostragem, a depreciação reconhecida no exercício considerando a taxa de depreciação e valor residual estimados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para determinação do valor residual dos veículos destinados a locação, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são consistentes e estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. CS Holding e Locação S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 11 de maio de 2023



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
 Contadora CRC 1SP22241/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>